

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 2.020, DE 1999 (Apensos o PL nº 2.548/00, o PL nº 3.028/00 e o PL nº 3.061/00)**

Obriga divulgação de mensagens sobre medicamentos genéricos, nos anúncios de remédios similares.

**Autor:** Deputado Luiz Bittencourt

**Relator:** Deputado Benjamin Maranhão

### **COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO**

Na reunião ordinária de 18 de junho de 2003 desta Comissão de Seguridade Social e Família apresentamos nosso Parecer ao Projeto de Lei nº 2.020/99 e ao PL nº 2.548/00, ao PL nº 3.028/00 e ao PL nº 3.061, apensados, nos termos de um Substitutivo.

A discussão da matéria neste órgão técnico foi bastante profícua, tendo ensejado o surgimento de alterações no substitutivo. Foi modificada a redação do artigo 1º e acrescentado o § 3º ao mesmo.

Dessa forma, nos termos do artigo 57, XI, do Regimento Interno, acolhemos as sugestões apresentadas no plenário da Comissão, e votamos pela aprovação do Projeto de Lei de 2.020/99 e de seus apensados, PL nº 2.548/00, PL nº 3.028/00 e PL nº 3.061/00, nos termos do Substitutivo, apresentado em anexo.

Sala da Comissão, em 18 de junho de 2003.

Deputado **BENJAMIN MARANHÃO**

Relator

# **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

## **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.020, DE 1999** **(Apensados o PL nº 2.548/00, o PL nº 3.028/00 e o PL nº 3.061/00)**

Dispõe sobre mensagens educativas sobre medicamentos genéricos na publicidade e promoção de medicamentos e em estabelecimentos de dispensação.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - A publicidade e a propaganda de medicamentos, em qualquer modalidade de mídia, devem conter mensagem educativa sobre o medicamento genérico e a informação da existência do respectivo genérico.

§1º As revistas, publicações especializadas, folhetos ou quaisquer modalidades de impressos, quando contiverem qualquer forma de promoção ou publicidade de medicamentos de venda sob prescrição, devem explicitar a informação sobre a existência de medicamento genérico.

§ 2º A publicidade ou promoção de medicamentos que não estão condicionados à venda sob prescrição, em qualquer modalidade de mídia, deve emitir mensagem educativa e a informação da existência do respectivo medicamento genérico.

§ 3º Os medicamentos éticos ou similares, assim definidos pela legislação vigente, deverão trazer em sua embalagem a informação sobre a existência de medicamentos genéricos.

Art. 2º O estabelecimento autorizado a dispensar medicamento é obrigado a afixar, em local visível ao consumidor, cartaz contendo mensagem educativa sobre medicamento genérico e a lista dos medicamentos genéricos disponíveis ao comércio.

Art. 3º O teor das mensagens referidas nos artigos anteriores será definido pela autoridade sanitária competente.

Art. 4º O descumprimento ao disposto nesta lei constitui infração sanitária passível das penalidades de multa, interdição e cassação da licença sanitária dos estabelecimentos e multa e interdição dos veículos de publicidade e promoção.

Art. 5º Esta lei entra em vigor noventa dias após a publicação

Sala da Comissão, em 18 de junho de 2003 .

Deputado Benjamin Maranhão  
Relator